

# Peirce e o método dos detetives

*Sergio Hugo Menna*  
*Departamento de Filosofia/UFS*

## 1. Considerações iniciais

O objetivo deste trabalho é expor as principais características da metodologia da indagação de Peirce, e destacar sua importância nos estudos sobre a criatividade em geral e sobre a estrutura do romance policial em particular.

Acho que o tema do trabalho – Peirce e o método dos detetives – é um bom exemplo de relação entre filosofia e literatura. Antes de começar a falar desta relação, gostaria de apresentar as pessoas (e personagens) sobre as quais falarei: Peirce e os detetives.

### Charles Sanders Peirce

Charles Sanders Peirce (1839-1914) foi um pensador da segunda metade do século XIX. Foi cientista, linguista, filósofo e escritor, e detetive em suas horas vagas.

Deixou uma obra enorme que ainda está sendo descoberta. Não foi muito conhecido por seus contemporâneos, mas nas últimas décadas vem sendo reconhecido como um dos grandes filósofos do século XIX.

A relação de Peirce com as letras se baseia em dois pontos centrais: por um lado, em suas contribuições à semiótica – ele é considerado o fundador da teoria moderna dos signos. Por outro, em seu método de indagação, denominado “abdução”, “retroductivo” ou “explicativo”. Este método, no contexto dos estudos literários, pode ser utilizado para analisar as estratégias dos detetives, e avaliar se essas estratégias são boas ou não.

## Os detetives

Os detetives aos que se refere o título são alguns dos grandes nomes da literatura policial: Zadig, o personagem do romance *Zadig*, escrito por Voltaire em 1747; Auguste Dupin, o detetive amador de Edgar Allan Poe; Padre Brown, o sacerdote pesquisador de Chesterton; Isidro Parodi, “o sentenciado da cela 273”, de Bustos Domecq (J. L. Borges e A. Bioy Casares), que resolve seus casos de dentro da prisão; Guilherme de Baskerville, o detetive medieval de Umberto Eco; a hacker Lisbeth Salander e o jornalista Mikael Blomkvist, os pesquisadores nórdicos da saga *Millennium* de Steig Larsson, e tantos outros. E, é claro, Sherlock Holmes, o imortal detetive de Sir Artur Conan Doyle.

Para as pessoas que concebem os argumentos da matemática ou da física como paradigmas dos argumentos científicos, os argumentos de Zadig, ou de detetives como Dupin ou Sherlock Holmes, podem parecer pouco importantes, pouco “científicos” ou nada “acadêmicos”. Mas observemos que são o *mesmo* tipo de argumentos de pesquisadores de especialidades como “polícia científica” ou “ciência criminal”, pesquisadores reconhecidos por desenvolverem “investigações científicas”. Investigações, aliás, às quais podemos ter acesso em séries de TV como *C.S.I. (Crime Scene Investigation)*, ou *The Evidence*, ou *Without a Trace*, ou *Cold Case* –série da WB cujo slogan publicitário é: “onde as evidências fazem justiça”...

Gostaria de ter incluído na lista anterior, de grandes detetives, Grissom, do seriado *C.S.I. Las Vegas*, porque é um detetive brilhante, mas, infelizmente, não posso porque por enquanto não é um personagem literário. Entretanto, posso, com toda satisfação, excluir Robert Langdon, de Dan Brown, porque além de *O código Da Vinci* ser um romance ruim do ponto de vista literário, a maioria das estratégias de Langdon são forçadas e óbvias, e não passam pelo teste abduativo.

## 2. Peirce e o método abduativo

O que é o método abduativo de Peirce? Basicamente, um procedimento que possibilita avaliar as respostas iniciais ou as primeiras soluções que temos para um problema.

Quando temos um problema – científico, filosófico, no dia-a-dia – geralmente pensamos em algumas tentativas de solução. O que fez Peirce foi identificar os critérios não empíricos que intervêm nesse processo – por exemplo, simplicidade, coerência, precisão, analogia etc. –, e articulá-los num esquema que permite avaliar quais tentativas de solução têm mais possibilidades de sucesso.

Pense na seguinte situação, que é freqüente na vida universitária: você tem que escrever um artigo ou uma tese. Esse é de fato, no contexto acadêmico, um grande problema. Diante dessa situação, você tenta pensar em algum tema ou idéia sobre o qual trabalhar. A dificuldade é que você só saberá se essa idéia era efetivamente boa depois de um tempo considerável de trabalho; isto é, *depois* de desenvolver a pesquisa – situação que, você concordará, poderá ser dispendiosa em termos de dinheiro, tempo ou esforço. Nesses casos, o que faz a abdução é tentar identificar, *antes* de desenvolver a pesquisa, se a idéia pode ser boa.

Atenção: a abdução não garante que essa resposta será verdadeira ou – melhor – se ela terá sucesso: você só terá essa informação quando aplicá-la na prática. A abdução simplesmente indica com que resposta é *conveniente começar a trabalhar*.

O que a abdução faz, em termos técnicos, é indicar se uma idéia é “*plausível*”. Quando os cientistas chegam a um consenso a respeito de que uma hipótese é “*promissora*”, ou quando os integrantes da comissão avaliadora de uma entidade de apoio à pesquisa decidem outorgar um subsídio a um projeto que consideram “*viável*”, o que estão fazendo, consciente ou inconscientemente, é aplicar critérios abduativos.

### 3. O método abduativo e os detetives

O motivo de toda esta explicação é que os detetives, assim como os cientistas, os filósofos e todos nós quando resolvemos problemas, também pensamos abduativamente.

Sim, você leu bem: o raciocínio dos detetives – diferentemente do que acreditávamos – não é dedutivo, mas *abduativo*. Sherlock Holmes, como todos sabemos, em suas obras repete sistematicamente que seu trabalho é “simples dedução”. Mas, em sentido estrito, seu trabalho é exatamente o oposto: “simples abdução”.<sup>1</sup>

O sentido da dedução é do geral ao particular, da causa ao efeito. Se eu sei que todas as bolas de uma caixa são amarelas, posso *deduzir* que, se tirar uma bola dela, essa bola será amarela.

A abdução segue o caminho oposto do da dedução. Vai do efeito à causa. (De fato, outro nome da abdução é “*retro-dução*”, que quer dizer “dedução inversa”). A abdução procura, por exemplo, conjecturar de que caixa provém uma bola amarela, sem saber qual a cor das bolas das caixas disponíveis.

Samuel Johnson afirmou, e com razão, que “o exemplo é sempre mais eficaz que o preceito”. Por isso, nada melhor que passar rapidamente a um exemplo. Podemos começar com um texto do próprio Peirce. Diz ele:

Certa ocasião visitei uma província turca. Quando desembarquei, vi um homem a cavalo, pomposamente vestido. Estava rodeado por guardas, que o levavam em uma carruagem. Como o governador era a única pessoa que pensei que poderia reunir essas características, inferi que esse homem era o governador, e acertei (2.625).

Este é um argumento abduativo. Por quê? Porque Peirce não se limita a dizer: “Esse homem é o governador desta província”. Ele nos oferece algumas razões de por que acreditou, inferiu, concluiu, que um homem, que ele nunca tinha visto, era efetivamente o governador de uma província turca.

Observemos que esse homem bem poderia não ter sido o governador da província visitada por Peirce: poderia, p.ex., ter sido um governador de outra província, ou um prefeito, ou inclusive um ator representando uma autoridade pública. Mas o argumento de Peirce, mesmo com conclusão incerta, não deixa de ser um argumento: ele não adivinhou; ele inferiu a partir de algumas observações, e nos ofereceu as evidências que lhe permitiram inferir sua conclusão.

É exatamente o que acontece na situação clássica dos relatos policiais. Há um assassinato e o detetive tem que procurar o assassino. Mas para isso só conta com indícios. Ele não conhece a causa – o assassino; só conhece alguns efeitos: “sangue”, “pegadas”, “impressões digitais”, “motivações”. Quando Sherlock Holmes infere que o mordomo é o assassino, faz isso porque entende que a hipótese “o mordomo é o assassino” é a que melhor explica a presença de sangue nas mãos do mordomo, as impressões digitais do mordomo no punhal que está no peito da pessoa assassinada etc.

O raciocínio dedutivo tem uma característica distintiva: é um procedimento *seguro*. Você tem certeza de que, se ele foi bem aplicado, o resultado alcançado é correto. Você não duvida que a bola que retira de uma caixa que contém somente bolas amarelas vai ser amarela. Mas, precisamente por ser um procedimento seguro, é pouco criativo: não produz nenhuma informação *nova*. (Essa é uma tensão essencial em nossas vidas: quanto maior segurança, menor novidade; quanto menor a segurança, maior a novidade – o que equivale a afirmar que a procura de conhecimento é uma tarefa perigosa.)

1 É plausível pensar que, numa breve conversa com qualquer metodólogo contemporâneo, Conan Doyle compreenderia rapidamente a distinção entre esses dois padrões inferenciais – dedução e abdução –, e até concordaria que os raciocínios de seu detetive, de um ponto de vista técnico, seriam descritos melhor com o termo “abdução”. (Paralelamente, também é plausível supor que, mesmo assim, Conan Doyle priorizasse a trama narrativa e a simplicidade comunicativa de seus textos e não substituísse o termo “dedução” – mas nada disso muda o núcleo de minha argumentação.)

A situação, no caso dos detetives, é contrária à da dedução: eles têm novidade, e por isso mesmo, insegurança. No exemplo anterior, as evidências disponíveis – “sangue”, “pegadas”, “impressões digitais” – não implicam dedutivamente a hipótese de Holmes; não indicam infalivelmente que o mordomo é de fato o assassino. Sempre existe a possibilidade de que outra pessoa seja o culpado.<sup>2</sup> De fato, a estratégia típica (e desesperada) dos advogados de defesa é a da “segunda pessoa” – isto é, a de levantar a hipótese de que pode ter havido *outra* pessoa na cena do crime, o “verdadeiro” assassino. (Entre parênteses, observo que nos últimos dois grandes crimes mediáticos no Brasil – filha que mata seus pais, pais que assassinam sua filha –, os advogados da defesa enfrentaram a hipótese incriminadora e a evidência abrumadora do promotor apelando ao recurso da “segunda pessoa”. Todos lembrarão, por exemplo, o caso Isabella Nardoni, a menina que foi jogada – aparentemente pelo pai – pela janela de seu apartamento. Nesse caso, a defesa argumentou que “a menina foi jogada por um assaltante” – a “segunda pessoa”. Mas o júri não admitiu esta hipótese – plausivelmente, porque abduktivamente entendeu que a mesma não tinha nenhuma evidência a favor, além de quebrar o critério de simplicidade. Em outras palavras, que não era uma boa explicação. Quando nos perguntamos que significa ter evidência a favor, e o que é uma boa explicação, estamos falando da abdução.)

A questão é que parece ser uma boa decisão inferir provisoriamente – isto é, desenvolver, admitir, utilizar – uma hipótese abduktiva se alguns critérios forem favoráveis a ela. E aqui não se pode dizer que se trate só de conjectura, suspeita ou “palpite” *subjetivo*. Holmes *pode dar razões* em favor de sua decisão. Não há, por parte dele, uma eleição arbitrária. Ele não escolheu seu suspeito ao acaso – por exemplo, fechando seus olhos e pondo seu dedo em qualquer lugar da lista telefônica. Além disso, ele pode compartilhar suas reflexões conosco – todos os leitores, todos os humanos –, e eventualmente poderemos concordar com ele. O júri, nos casos mencionados, em princípio também poderia fazer o mesmo. O relevante aqui é que, nos dois exemplos, aqueles que avaliam podem explicitar boas razões abduktivas.

### Sherlock Holmes e um exemplo abduktivo

O método abduktivo, então, possibilita analisar os raciocínios de resolução de problemas – científicos, filosóficos, policiais – e avaliar se são bons.

Vamos ilustrar o funcionamento da análise abduktiva com um exemplo muito simples, extraído do conto “O carbúnculo azul” ([1892g]), que está no livro de Conan Doyle, *As aventuras de Sherlock Holmes*.

Vou me centrar numa passagem desse conto. É um diálogo entre Sherlock Holmes e seu ajudante Watson a respeito de um único indício presente na cena de um crime: um velho chapéu.

Watson: – Que pista você tem da identidade [do desconhecido]?

Holmes: – Só o que nos é possível deduzir. [Aqui devemos ler: “abduktir”]

Watson: – Do seu chapéu?

Holmes: – Exatamente.

Watson: – Você está brincando, Holmes. Que pode deduzir desse velho chapéu de feltro?

Holmes: – [Watson, peça-lhe que olhe este chapéu como um problema intelectual]. Cá está a minha lupa. Conhece meu método. Que [hipótese] pode fazer sobre o homem que [o] utilizou?

[...]

2 Temos evidências incontestáveis de que aquilo que parece verdadeiro muitas vezes não o é. Tomemos como exemplo uma informação do jornal americano *The Washington Post* (23 de abril de 2007). O jornal informa que, nos Estados Unidos, exames comparativos genéticos de DNA realizados desde 1989 permitiram absolver mais de 200 presos condenados erroneamente.

Watson: – Não consigo ver coisa alguma.

Holmes: – Pelo contrário, Watson, você pode ver tudo. Não é capaz, contudo, de raciocinar a partir do que vê. É tímido demais em fazer suas inferências (p. 286-7).

O que Holmes está dizendo é: aqui estão os indícios: toda observação que for possível fazer sobre o chapéu. Como é possível que a partir de tanta informação você não possa extrair uma hipótese explicativa?

Em outras palavras: Holmes parece estar exigindo de Watson que aplique critérios abduativos à evidência, com o objetivo de construir uma explicação. Coisa que Watson não sabe fazer.

Watson, evidentemente irritado com Holmes, responde:

Watson: – Então, pode me dizer por favor o que consegue inferir deste chapéu?

Holmes: – [Este chapéu, Watson...] permite algumas inferências muito claras [...]. Sua aparência deixa bastante claro que o homem era muito inteligente.

Watson: – Holmes! Certamente você está brincando!

[...]

Holmes: – De maneira alguma. Será possível que mesmo agora, depois que lhe apresentei a conclusão, você não consiga ver como cheguei a ela? (p. 287-8).

O que Holmes está dizendo agora é: aqui (no chapéu) estão as premissas, e você conhece a conclusão: “o proprietário do chapéu é muito inteligente”. Como é possível você não ver o vínculo entre as evidências e a hipótese, já dada?

Holmes está exigindo que Watson use critérios abduativos para reconstruir o caminho que ele fez. Coisa que, novamente, Watson não sabe fazer.

Em outras palavras, Holmes parece acreditar que é possível usar alguns princípios de raciocínio para reconstruir – compreender, explicar – os processos criativos.

Continuemos com o relato. Watson, ainda mais irritado que anteriormente, responde:

Watson: – Holmes, não tenho dúvida que sou muito burro, mas não consigo acompanhar seu raciocínio. Por exemplo, como deduziu que o desconhecido era muito inteligente?

Como resposta, Holmes enfiou o chapéu na cabeça. Este cobriu-lhe inteiramente a testa e apoiou-se no osso do nariz. “É uma questão de capacidade cúbica”, disse Holmes. “Um homem com uma cabeça tão grande deve ter alguma coisa nela”.

[...]

Watson: – Seu raciocínio é certamente plausível (p. 288-9).

Se fizermos uma reconstrução racional do relato, teremos o seguinte esquema argumentativo:

- Há um chapéu grande.
- Alguém [o desconhecido] é o proprietário deste chapéu.
- Proprietários de grandes chapéus têm grandes cabeças.
- Pessoas de grandes cabeças têm cérebros grandes.
- Pessoas de cérebros grandes são muito inteligentes.

---

– O proprietário deste chapéu é muito inteligente.

Poderíamos encontrar vários problemas nesse raciocínio. O principal é que, mesmo que este argumento possa ter sido considerado “plausível” pelos leitores de Conan Doyle na Inglaterra de fins do século XIX, hoje não seria aceito como uma boa explicação. Como sabemos, na era vitoriana estava “na moda” –

ainda que com muitos questionamentos por parte da maioria dos cientistas – a frenologia. Essa disciplina, hoje definitivamente considerada “pseudo-científica”, pretendia determinar a personalidade de uma pessoa a partir do estudo da estrutura de seu crânio. O princípio derivado da mesma, “cabeça grande, cérebro grande; cérebro grande, mente excepcional”, foi muito popular na época em que Conan Doyle, médico, escreveu seus textos.<sup>3</sup> Mas vamos nos situar na época em que o conto foi publicado e conceder que Holmes efetivamente estabelece um vínculo “plausível”, um caminho razoável entre a evidência disponível e sua conclusão.<sup>4</sup> O relato poderia finalizar com as seguintes palavras de Watson:

Watson: – Holmes, quando escuto você expondo suas razões, tudo parece tão simples que tenho a impressão de que eu próprio seria capaz de fazer o mesmo. Mas o fato é que, a cada raciocínio seu, fico perplexo até você explicar seu procedimento.<sup>5</sup>

Em outras palavras, o que Watson está dizendo é: “agora, depois que você me indicou, posso ver o vínculo entre as evidências e a hipótese, e posso, deste modo, avaliar o raciocínio”. Isto é: Watson está aplicando critérios abduativos de plausibilidade, e concordando com o processo de raciocínio de Holmes.

#### 4. Considerações finais

Neste trabalho caracterizei brevemente o método abduativo de Peirce, apresentando-o como um procedimento que possibilita avaliar as primeiras soluções que temos para um problema.

Tentei mostrar, reconstruindo abduativamente um conto de *As aventuras de Sherlock Holmes* de Conan Doyle, de que modo o método de Peirce possibilita avaliar os raciocínios dos detetives. Como indiquei, quando os cientistas chegam a um consenso a respeito de que uma hipótese é “promissora”, ou quando os integrantes da comissão avaliadora de uma entidade de apoio à pesquisa decidem outorgar um subsídio a um projeto que consideram “viável”, o que estão fazendo, consciente ou inconscientemente, é aplicar critérios abduativos. E é exatamente isso – formular juízos abduativos – que Sherlock Holmes faz no relato que apresentei.

---

3 Como bem observou meu colega, o Dr. Ricardo Vale – que participou no evento em que este texto foi apresentado –, a cena montada por Holmes de algum modo debilita seu próprio argumento. Holmes, segundo o relato de Watson, colocou em sua cabeça o chapéu do desconhecido, e este “cobriu-lhe inteiramente a testa e apoiou-se no osso do nariz”, do que se segue que a cabeça de Holmes era *muito menor* que a do desconhecido. É verdade que o desconhecido bem poderia ter sido inusitadamente mais inteligente que o próprio Holmes, que era considerado pelos seus conhecidos como um homem de inteligência inusual. Mas também é verdade que em nenhum dos relatos da saga Watson indica que a cabeça de Holmes seja maior que a de seus contemporâneos, fato que conduz a duvidar do princípio “cabeça grande, cérebro grande; cérebro grande, mente excepcional” da frenologia.

4 Entretanto, devemos destacar que o fato de que o raciocínio abduativo de Holmes hoje não seja aceito *não* deve ser considerado como um ponto contra essa classe de raciocínio. Pelo contrário, devemos destacar que deve ser considerado como *um ponto a favor*, pois o próprio método abduativo, autocorretivo, exige que seja considerada *toda a evidência disponível*. E a evidência hoje disponível é diferente da evidência disponível na época de Holmes; por exemplo, hoje contamos com uma enorme quantidade de evidência contra a frenologia.

5 Esta é a observação padrão de Watson na maioria dos contos. Por brevidade, transcrevo uma passagem do relato “Escândalo na Boêmia” ([1891]: 65-6).

## Referências bibliográficas

- CONAN DOYLE, Arthur. [1891]. Escândalo na Boêmia. In: Conan Doyle [1892], p. 61-101.
- \_\_\_\_\_. [1892g]. O carbúnculo azul. In: Conan Doyle [1892], p. 282-316.
- \_\_\_\_\_. [1892]. *Sherlock Holmes – Edição definitiva*, I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas (Eds.). [1983]. *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HERNÁNDEZ MARTÍN, Jorge. *Readers and labyrinths: detective fiction in Borges, Bustos Domecq and Eco*. Nova York: Garland, 1995.
- IRWIN, John. *The mystery to a solution: Poe, Borges, and the analytic detective story*. Londres: The Johns Hopkins, 1994.
- PEIRCE, Charles. *Collected Papers*. In: Hartshorne, C.; Weiss, P. (eds.), 1931-35, vols. I-VI; Burks, A. (ed.), 1958, vols. VII-VIII. Cambridge : Harvard University Press, 1931-58.